



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

Para o fim de interpretação dos mencionados dispositivos legais, parte da doutrina entende que o contrato administrativo é pessoal, sem ser personalíssimo. Isto significa que a alteração subjetiva da contratada, se feita com anuência e prevista no edital e no contrato, nenhum prejuízo trará à Administração contratante. Assim, o artigo 72 da Lei de Licitação permite a subcontratação até o limite admitido pelo edital e pelo contrato, remanescendo incólume a responsabilidade da contratada. O artigo 78, VI, do mesmo diploma, a seu turno, conduz à licitude da cessão do contrato administrativo, desde que prevista no edital e no contrato, de conformidade com o quantitativo ali consignado, cessando a responsabilidade da contratada. Cessão de contrato e subcontratação são, portanto, conceitos distintos.

O impasse que se coloca aqui é saber se é juridicamente possível a cessão (ou sub-rogação) do **polo ativo do contrato administrativo**, ou seja, a cessão da titularidade de contratos entre entes públicos da mesma esfera da administração e não há na lei de licitações nenhum artigo que trate da matéria, pois, como visto, os artigos 72 e 78, IV, da Lei n. 8.666/93, referem-se exclusivamente à cessão da titularidade da contratada, e não da titularidade da contratante.

O artigo 54 da Lei n. 8.666/1993 – Lei de Licitações – dispõe que *“os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”*.

Os escólios doutrinários acerca do contrato público e das diretrizes de utilização das regras de direito privado mencionados, servem para balizar o enfrentamento da matéria aqui suscitada. Isso porque a concepção moderna do direito administrativo não adota a teoria da “legalidade estrita”, exigindo autorização expressa na legislação para a cessão em cogitação. Marques Neto ensina:

“Outro argumento que pode-ser-ia esgrimir – a nosso sentir, também sem sucesso – contra a alternativa em tela, diria respeito à inexistência de expressa autorização na legislação para a cessão em cogitação. Não olvidamos que, no direito público, ao revés do que ocorre no direito privado, não basta não estar vedado pela norma para estar permitido. É cediço que, para ser lícito à Administração um procedimento, deve-se ter na lei clara autorização para tanto. A regra é incontroversa”.

Porém, ninguém imagina que todo e qualquer ato da administração pública tenha previsão autorizante específica. Para se apurar a licitude de um procedimento da administração deve-se ter em vista, por um lado, sua